

R. F. A.
G.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

EXERCÍCIO 2018



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
**PADRE RICARDO
GAMEIRO**
COVA DA PIEDADE

ÍNDICE

1. Mensagem do Presidente	pág. 3
2. Introdução	pág. 4
3. Órgãos Sociais	pág. 5
4. Apresentação da Instituição	pág. 6
4.1. Visão, Missão, Valores e Política de Gestão	pág. 6
4.2. Organigrama	pág. 7
4.3. Recursos Humanos	pág. 8
5. Atividade da Instituição	pág. 11
6. Certificação de Qualidade	pág. 23
7. Investimentos e Conservação	pág. 23
8. Análise Económica e Financeira	pág. 24
9. Perspetivas para 2019	pág. 25
10. Proposta de aplicação de Resultados	pág. 26
11. Balanço	pág. 27
12. Demonstração de Resultados	pág. 28
13. Fluxos de Caixa	pág. 29
14. Contas de Gerência – Anexo	pág. 30

1. Mensagem do Presidente

A sustentabilidade do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro é o principal critério de todas as decisões de gestão tomadas por esta Direção, pois dela depende a nossa capacidade para cumprirmos a nossa missão.

Nos últimos anos, o Estado Português, nosso principal parceiro tem adotado mudanças estratégicas relativamente à rede de ensino "pré-escolar" que há mais de quarenta anos é assegurado pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social. Estas mudanças traduzem-se na abertura de novas salas de "pré-escolar" promovidas pelos agrupamentos de escolas e apoiadas pela Câmara Municipal de Almada coerente com um plano nacional que tem como objetivo, a médio prazo, criar uma rede de salas de "Pré-escolar" totalmente assegurada pela escola pública.

Sendo assim, estrategicamente, e uma vez que os nossos parceiros não velam pela sustentabilidade da nossa instituição e pelos postos de trabalho dos nossos trabalhadores, a nossa instituição encerrou, em Agosto de 2018, o equipamento social de infância na Romeira e prevê fechar salas de "pré-escolar" nos outros equipamentos de infância, apesar de continuar a ter muita procura. Queremos ir extinguindo estas respostas sociais de forma progressiva de maneira a ir integrando os trabalhadores nas restantes respostas sociais esforçando-nos por minimizar o impacto social e económico destas medidas.

Mas também queremos continuar a investir na qualidade das nossas respostas sociais aumentando assim a nossa competitividade: promovendo constantemente melhorias nos nossos equipamentos, apostando na formação dos nossos recursos humanos, desenvolvendo parcerias institucionais na área da formação, continuar a melhorar o nosso modelo de avaliação de desempenho e de avaliação por objetivos, continuar a investir no departamento de comunicação como canal facilitador fundamental na nossa missão social e institucional, entre outros.

A nossa instituição é uma realidade viva e longe de estar esgotada naquela que é a sua principal missão. Em 2018, adquirimos, na véspera de Natal, dois terços de uma propriedade na Romeira, a diferentes proprietários, com a intenção de comprar a terça parte restante a outro proprietário com quem estamos em negociação. Este belo espaço natural, em pleno centro da Cova da Piedade, ao lado da nova Residência Nossa Senhora da Piedade e da nova resposta para a deficiência (Centro de Atividades Ocupacionais - CAO) vai seguramente trazer valor acrescentado para todas as nossas respostas sociais mas também para toda a comunidade em geral direta ou indiretamente ligada à nossa obra social.

Para nós, Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro, o conceito de sustentabilidade seja económica ou financeira só é verdade se for muito para além dos números, pois queremos chegar às pessoas concretas que precisam do auxílio social da nossa instituição e que são a razão da nossa existência.

Por isso, dizemos sempre que somos sustentáveis na medida em que procuramos sempre que as nossas respostas às necessidades da população mais fragilizada sejam rápidas, com qualidade e adequadas a cada situação e a cada tempo.

Pe. José Pinheiro

2. Introdução

O presente relatório demonstra a atividade desenvolvida ao longo do ano 2018 por esta Instituição, numa perspetiva de continuidade.

Em termos financeiros foi apresentado um orçamento, para o ano 2018, de 6 milhões de euros, cumprido com rigor, sendo o volume de proveitos de 6,5 milhões de euros. Estes proveitos foram em cerca de 56% resultantes de rubricas diversas das quais se destacam as inscrições e mensalidades de utentes e em 44% de comparticipações do estado e suas entidades, conforme protocolos anualmente renovados. Estes dados são equivalentes numa sequência de vários anos e mostram o empenho que tem sido seguido.

Dada a natureza de instituição sem fins lucrativos, os resultados líquidos têm sido direcionados para reforço dos fundos patrimoniais. Têm sido estes fundos que, conjuntamente com subsídios ao investimento no âmbito de programas nacionais, permitiram que o Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro efetuasse investimento em equipamentos cujas valências têm assegurado à instituição uma oferta de apoios variados à população mais carenciada.

No entanto, devido ao dinamismo e proatividade da Instituição, são também desenvolvidas diversas iniciativas de angariação de fundos, das quais se destacam durante o ano de 2018 – venda de bilhetes numerados para o sorteio de um automóvel Toyota Aygo, noite de fados, diversos arraiais, entre outras iniciativas – cujas receitas revertem diretamente para os diversos projetos sociais em curso.

O quadro de pessoal da Instituição contava, a 31 de dezembro de 2018, com 279 trabalhadores e apoiava, diretamente, 1143 utentes, distribuídos pelas seguintes respostas sociais:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) - 120
- Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) - 92
- Centro de Dia (CD) - 51
- Centro de Convívio (CC) - 141
- Creche - 237
- Pré-Escolar - 302
- Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) - 187
- (Centro de Acolhimento Temporário (CAT) - 13

Além destes, são também apoiadas dezenas de famílias da comunidade através da Cantina Social e da distribuição de bens alimentares, abrangendo a ação da Instituição mais de 1500 utentes/beneficiários.

3. Órgãos Sociais

DIOCESE DE SETÚBAL
PORTUGAL

Prot. Nº 2018-182

Decreto de Nomeação

José Ornelas Carvalho, Bispo de Setúbal,

atendendo ao pedido do Pároco da Paróquia da Cova da Piedade e Presidente da Direção do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro, aprova e nomeia os novos membros para a constituição dos Órgãos Sociais do mesmo Centro, para um mandato de quatro anos, com início em 15 de agosto de 2018 e termo em 14 de agosto de 2022, com a seguinte composição:

Direção:

Presidente: Padre José Gil de Borja Pinheiro Ribeiro;
Vice-Presidente: Ana Luísa Ataíde Albino Pação Caixas;
1º Secretário: Maria do Carmo Costa Ferreira de Almeida;
2º Secretário: Abílio Henriques Rosa Ferreira;
Tesoureiro: Manuel Jorge Bento.

Conselho Fiscal:

Presidente: Manuel Joaquim Rodrigues;
Secretário: José António Teixeira;
Vogal: António Domingos Pação Caixas

Setúbal, Cúria Diocesana, 28 de maio de 2018

O Bispo

P.º Chanceler

Figura 1 - Decreto Nomeação Direção 2018_2022

4. Apresentação da Instituição

O Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro (CSPPRG) assume forma jurídica como instituição de utilidade pública, conforme publicação no Diário da República, III Série nº44 de 21 de fevereiro de 1973. Obteve reconhecimento como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), conforme Decreto-Lei nº119/83.

Assume ainda personalidade jurídica de foro canónico, estando integrado na Paróquia da Cova da Piedade, Diocese de Setúbal e como sede na Rua Ramiro Ferrão nº38, sita na Cova da Piedade, concelho de Almada.

4.1. Visão, Missão, Valores e Política de Gestão

Visão

Assenta no ideal de ser reconhecido pela qualidade total dos seus serviços e reconhecimento de excelência da Instituição.

Missão

A nossa missão focaliza-se numa ação centrada na dignidade humana, promovendo respostas sociais que visam o crescimento e promoção de cada indivíduo, através de valores cristãos, ética, igualdade e solidariedade.

Valores

- Equidade – Promover a todos a igualdade no acesso aos cuidados, independentemente da condição social, económica ou religiosa;
- Ética – Respeito pelos valores éticos e deontológicos relativos ao exercício da atividade de modo a prestar um serviço digno;
- Rigor e transparência – Consolidar o rigor institucional através de uma relação de transparência e credibilidade entre todos os intervenientes;
- Qualidade e eficiência – Apostar na qualidade dos serviços prestados sem descurar a eficiência e a sustentabilidade económica.

Política de Gestão

O Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro propõe-se a prestar serviços que respondam com responsabilidade, criatividade e qualidade às expectativas dos seus utentes, tendo como referencial a norma NP EN ISO 9001:2015 e MAQISS para as respostas sociais de Creche, Pré-Escolar, Centro de Atividades de Tempos Livres, Centro de Dia, Centro de Convívio, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário.

Propõe-se ainda, assegurar o nível A nas respostas sociais ativas, onde sejam aplicáveis os modelos de avaliação do Instituto de Segurança Social, melhorando continuamente a eficácia do sistema de gestão.

Para isso procurará:

- Conhecer as necessidades dos utentes com vista à sua satisfação;
- Valorizar, continuamente, os recursos humanos através da sua formação, realização, motivação e satisfação;
- Suprimir necessidades existentes na comunidade no qual se integra o CSPPRG;
- Alcançar os objetivos estipulados referentes aos processos definidos;
- Incrementar medidas ambientais que eliminem o desperdício;
- Garantir a satisfação dos parceiros com os quais estabelece protocolos.

4.2. Organigrama



CENTRO SOCIAL Paroquial
**PADRE RICARDO
GAMEIRO**
SOVAMPA PROJETO

ORGANIGRAMA DE MACRO-ESTRUTURA

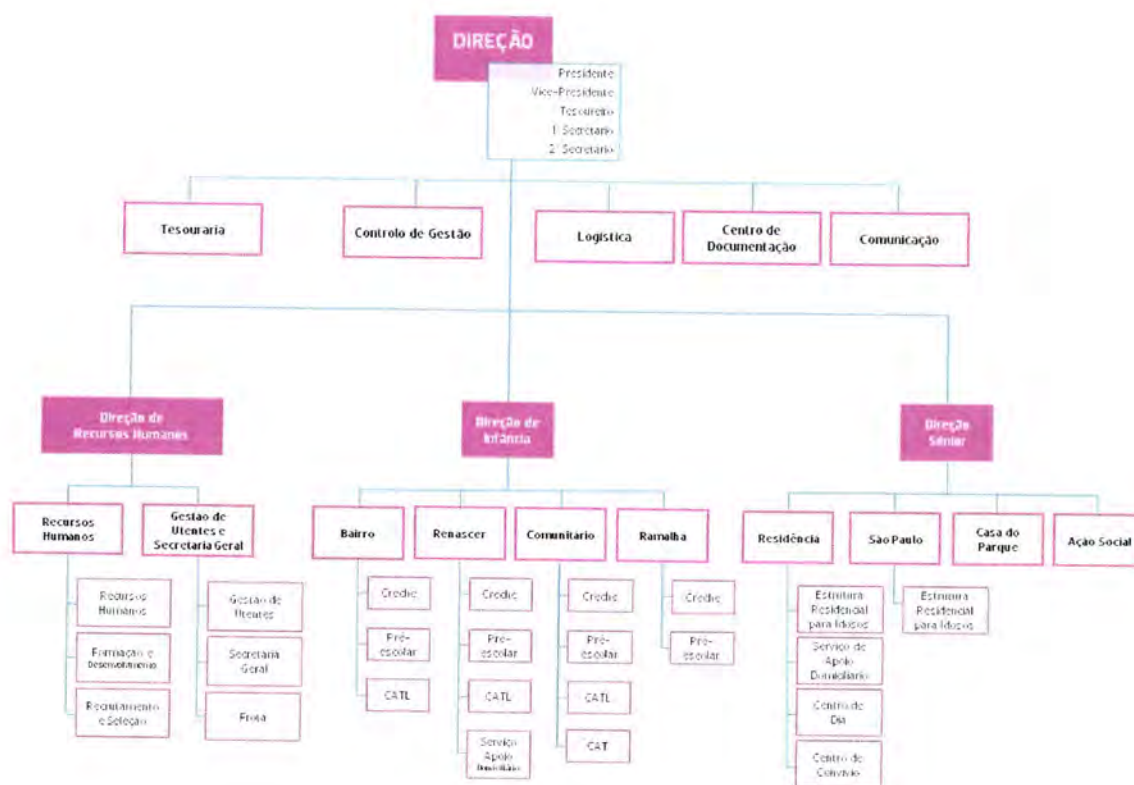


Figura 2 - Organigrama de Macro-Estrutura_2018/2019

4.3. Recursos Humanos

Durante o ano de 2018, o Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro teve ao seu serviço, em média, 283 trabalhadores e a 31 de Dezembro de 2018 estavam ao serviço 279 trabalhadores.

Comparativamente aos anos anteriores, tendo como referência os trabalhadores ao serviço a 31 de Dezembro, verificou-se uma redução em 2018 de 5,1% face a 2016 e de 1,06% face a 2017, apontando para uma estabilização do número de trabalhadores.

Quanto ao vínculo contratual, o número de trabalhadores efetivos manteve-se estável face ao ano de 2017 (verificando-se algumas rescisões de colaboradores efetivos por iniciativa própria e a passagem de contratos a termo a sem termo) e observou-se uma pequena diminuição do número de trabalhadores com contratos a termo.

À semelhança do verificado no ano anterior, em 2018 houve um aumento em cerca de 50% do número de horas de formação proporcionadas aos trabalhadores. Manteve-se a parceria com o IEPF, sustentando desta forma a intenção da Instituição de promover maior qualificação profissional e pessoal dos seus recursos humanos.

Relativamente ao processo de avaliação de desempenho por competências verificou-se uma média global de 3,6 (o trabalho realizado correspondeu sempre e por vezes excedeu o que é esperado), mantendo-se o valor inalterado relativamente ao período anterior. Complementarmente, houve uma diminuição do número de trabalhadores com avaliação superior a 4 e um aumento dos trabalhadores com avaliação negativa, face aos exercícios anteriores.

Quanto ao processo de avaliação de desempenho por objetivos, após o exercício piloto no último trimestre de 2016/2017, em 2017/2018 o processo encontra-se implementado nas seguintes categorias profissionais: Diretoras, Coord. Equipamento, Coord. Resposta Social, Coord. Pedagógicas e Secretarias. Verificou-se, no decorrer do processo, um maior comprometimento e preocupação dos avaliados com os resultados obtidos.

Tendo como referência o ano anterior (2017), verificou-se na maioria dos equipamentos um aumento da média de horas de falta mensal por colaborador no ano de 2018, apenas no equipamento do Bairro houve uma diminuição tanto nas horas de falta como de baixa. Em relação aos restantes equipamentos observou-se, na sua maioria, um aumento significativo na média de horas de baixa mensal por colaborador.

- Categoria Profissional

Cat. Profissional	2017 (31 Dez)	2018 (31 Dez)	Evolução
Ajud. Ação Educativa	74	67	-9,46%
Ajud. Ação Direta Seniores	67	75	+11,94%
Educadoras Infância	30	29	-3,34%
Trab. Auxiliares	27	26	-3,70%
Ajud. Cozinha	21	18	-14,29%
Escriturários	12	11	-8,34%
Cozinheiras	7	7	0,00%
Ajud. Ação Direta Infância	6	6	0,00%

Coord. Equipamento	6	5	-16,67%
Emp. Lavandaria/Costureira	6	6	0,00%
Coord. RS/Dept.	4	5	+25,00%
Motoristas	3	3	0,00%
Tesoureira	1	1	0,00%
Ajud. Atividades Ocupacionais	1	1	0,00%
Fiel Armazém	1	1	0,00%
Emp. Armazém	1	1	0,00%
Diretoras	3	3	0,00%
Aj. Farmácia	2	2	0,00%
Fisioterapeutas	2	2	0,00%
Outros Técnicos	8	10	+25,00%
Total	282	279	-1,06%

• Absentismo

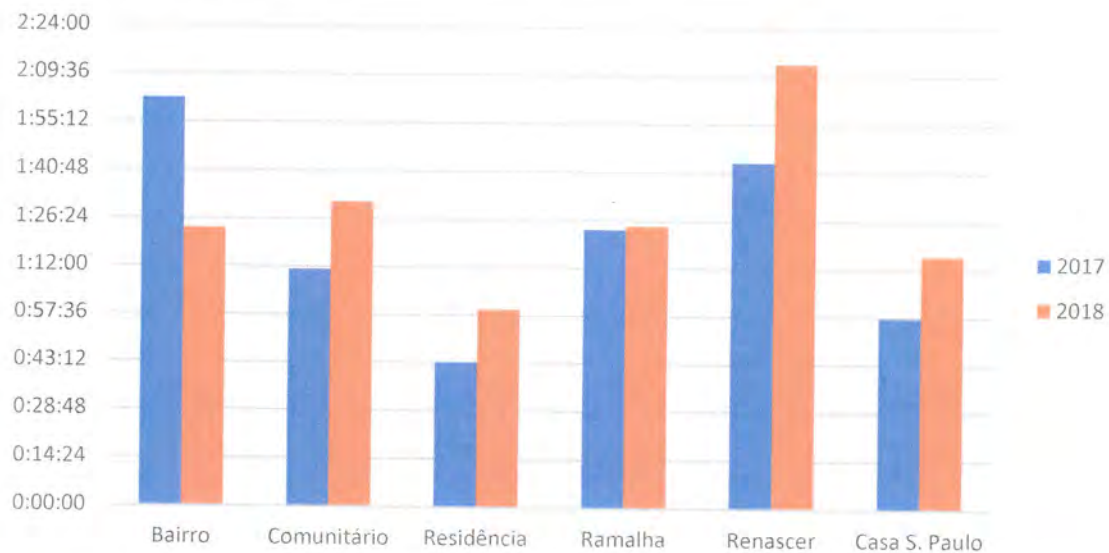


Figura 3 - Média Horas Falta/Mês/Colaborador

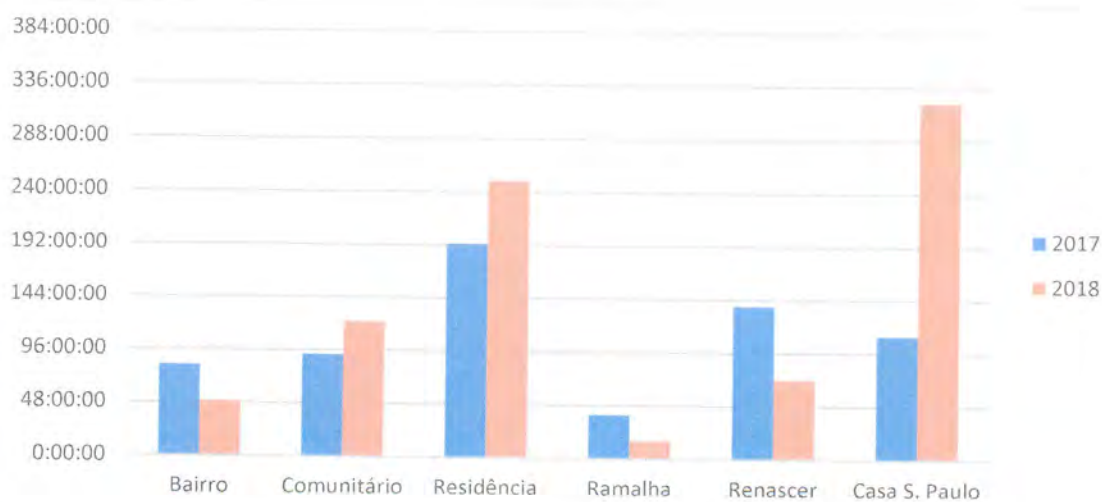


Figura 4 - Média Horas Baixa/Ano/Colaborador

P.F.L.

Ay

- Vínculo Contratual

Vínculo Contratual	2017 (31 Dez)	2018 (31 Dez)	Evolução
Termo Certo/Incerto	47	44	-6,38%
Sem Termo	235	235	-0,00%
Total	282	279	-1,06%

Zer...

GP

X

R

- Formação

Horas Formação	2017	2018	Evolução
Bairro	524h00	902h30	+72,23%
Renascer	239h00	508h00	+112,55%
Comunitário	265h00	739h30	+179,06%
Romeira	222h30	371h00	+66,74%
Ramalha	212h30	508h00	+139,06%
Residência	1124h00	1074h30	-4,40%
Casa São Paulo	430h00	350h30	-18,49%
Total	3017h00	4454h00	+47,63%

- Avaliação de Desempenho por Competências

Cat. Profissional / Média Avaliação	2016_2017	2017_2018	Evolução
Ajud. Ação Educativa	3,8	3,8	0,00%
Ajud. Cozinha	3,1	3,2	+3,22%
Ajud. Ação Direta	3,5	3,4	-2,86%
Cozinheiras	3,8	3,7	-2,63%
Educ. Infância	4,0	3,9	-2,50%
Emp. Lavandaria	3,5	3,5	0,00%
Escriturários	3,6	3,6	0,00%
Motoristas	3,7	3,4	-8,11%
Trab. Auxiliares	3,5	3,4	-2,86%

5. Atividade da Instituição

JANEIRO 2018

DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AValiação
1-20	Período de Reuniões de Encarregados de Educação	Informar os pais do ponto de situação dos projetos de sala; Proporcionar um momento formativo ou lúdico-pedagógico para as famílias (1.1/2.3)	Educadoras de Infância e Responsáveis de CATL/ELP	Encarregados de Educação	Questionário aos Encarregados de Educação Registo de avaliação, em modelo próprio
5	Dia de Reis	Assinalar o Dia dos Reis Magos, de forma lúdica (2.1/2.3)	Equipas dos Equipamentos de Infância e Seniores	Comunidade Educativa e Seniores	Registo em ata na reunião de coordenação
Data a definir	Intercâmbio inter-geracional	Promover a autoestima aos idosos e proporcionar às crianças o sentido de solidariedade, patilha e respeito pela população sénior (2.2)	Educadoras de Infância e Técnicas Seniores	Crianças e Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipa seniores
Data a definir	Auditoria externa	Verificar a eficácia do sistema de gestão segundo a norma 9001/2015 e os MAQUISS (1.1)	EIC (empresa internacional de certificação)	Todas as respostas sociais e todos os colaboradores	Relatório de Auditoria externa

FEVEREIRO 2018

DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AValiação
Data a definir	Despertar da fé	Formar continuamente Equipa Pedagógica no âmbito do desenvolvimento pessoal e cristão (1.1)	Catequese de Setúbal	Educadores Equipas pedagógicas	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica
Data a definir	Desfile de Carnaval das crianças	Envolver as crianças em atividades propostas pela Câmara Municipal de Almada (2.3)	Colaboradores, Crianças e C.M.A.	Educadores Equipas pedagógicas Crianças	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação dos equipamentos
Data a definir	Desfile de Carnaval dos seniores	Envolver os seniores em atividades de cariz lúdico (2.3)	Colaboradores e Seniores	Seniores e familiares	Registo em ata na reunião mensal de técnicas
14	Início da caminhada Quaresmal nos Equipamentos de Infância e Seniores	Viver e Celebrar a Páscoa de Jesus, a vida nova de Jesus vivo e ressuscitado (2.1/2.3)	Equipas dos Equipamentos de Infância e seniores	Crianças, seniores, colaboradores e toda a comunidade Educativa	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação dos equipamentos

MARÇO 2018

DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AVALIAÇÃO
19	Comemorar o dia de São José	Comemorar o dia do Pai (dia de São José) de forma lúdica e pedagógica nos equipamentos de infância (2.1/2.3)	Equipas dos Equipamentos de Infância e seniores	Crianças, pais, seniores e famílias	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação dos equipamentos
Data a definir	Formação trimestral sobre voluntariado	Proporcionar aos voluntários formação nas suas diferentes áreas e grupos destinatários (Formar continuamente os voluntários da Instituição) (1.1)	Psicólogo e Técnica Sup. Serviço Social	Voluntários	Registo em ata na reunião mensal de equipas seniores e CAT
Data a definir	Intercâmbio inter-geracional	Promover a autoestima aos idosos e proporcionar às crianças o sentido de solidariedade, partilha e respeito pela população sénior(2.2)	Educadoras de Infância e Técnicas	Crianças e Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas
25	Dia Paroquial do doente (Domingo da Misericórdia)	Dar o sacramento da santa unção aos doentes da comunidade (2.1/2.3)	Equipa Técnica da Residência	Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas

ABRIL 2018

DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AVALIAÇÃO
4	Festa da Páscoa (no equipamento do Bairro)	Assinalar a época pascal, num momento de convívio entre crianças, trabalhadores (2.1)	Equipa do Bairro com a colaboração das equipas dos Equipamentos de Infância	Crianças e seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação dos equipamentos
Data a definir	Despertar da fé com as Instituições educativas	Formar continuamente Equipa Pedagógica no âmbito do desenvolvimento pessoal e cristão (1.1)	Catequese de Setúbal	Educadores Equipas pedagógicas Crianças	Registo em ata na reunião de coordenação dos equipamentos e reunião mensal de técnicas

MAIO 2018

DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AVALIAÇÃO
1-30	Mês de Maria, da Mãe e do Rosário	Homenagear todas as mães, com alguns momentos assinalados de forma lúdica e Pedagógica (2.1/2.3)	Equipas dos equipamentos de infância e da Residência	Educadores, Equipas pedagógicas e Crianças	Registo em ata na reunião de coordenação dos equipamentos e reunião mensal de técnicas

1	Festa da Maia;	Assinalar uma festa tradicional das "gentes" da Romeira, envolvendo diversas Instituições/parcerias (2.1/2.3)	Equipamento da Romeira	Comunidade	Registo em ata na reunião de coordenação do equipamento - Romeira e reunião mensal de técnicas
2 e 3	Inscrições novos utentes	Preencher vagas nas diferentes respostas sociais para o ano letivo 2017/18 (1.1)	Equipamentos de Infância	Comunidade	Registo em modelo próprio e em lista de espera
4 a 11	Renovações de Matrícula	Renovar a matrícula para o ano letivo 2017/18 (1.1)	Equipamentos de Infância	Comunidade	Registo em modelo próprio
Data a definir	Inter-escolas	Participar em momentos de atividades propostas pela Câmara Municipal de Almada (2.3)	Equipamentos de Infância	Comunidade	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação dos equipamentos
Data a definir	Festa Verde	Participar em momentos de atividades propostas pela Câmara Municipal de Almada (2.3)	Equipamentos de Infância	Comunidade	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação dos equipamentos
25	Peregrinação da Infância a Fátima	Proporcionar um momento de evangelização às crianças de Pré-escolar (2.1)	Equipamentos de Infância	Crianças e Equipas de Infância	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e reunião de coordenação pedagógica
JUNHO 2018					
DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AVALIAÇÃO
1-20	Período de Reunião de Encarregados de Educação	Apresentar aos Encarregados de Educação, a avaliação do presente ano lectivo (1.1/2.3)	Educadoras de Infância e Responsáveis de CATL/ELP	Encarregados de Educação	Questionário aos Encarregados de Educação Registo de avaliação, em impresso próprio
1	Dia Mundial da Criança	Comemorar o dia Mundial da Criança, com atividades lúdico e pedagógico nos Equipamentos de Infância (2.1)	Equipas dos Equipamentos de Infância	Crianças	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação dos equipamentos

1	Peregrinação Sênior ao Santuário de Fátima	Proporcionar um momento de evangelização aos utentes Sênior (2.1)	Técnicas das respostas sociais de seniores	Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e questionário de satisfação seniores
1-30	Demonstração das Atividades de Complemento Curricular aos pais	Apresentar aos pais e Encarregados de Educação as atividades de complemento Curricular desenvolvidas nos Equipamentos de infância ao longo do ano letivo	Professores das atividades de complemento curricular	Encarregados de Educação e suas famílias	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação dos equipamentos
23 e 24	Celebração do S. João da Ramalha – Procissão, Momento de Oração e Arraial/Festa Final de Ano dos Equipamentos de Infância na Ramalha	Assinalar o S. João da Ramalha/ Festa Final de Ano lectivo (2.1/2.3)	Equipamento da Ramalha com apoio do CSPPRG	Comunidade e Colaboradores e Encarregados de Educação e suas Famílias	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação dos equipamentos Questionários de Satisfação
Data a definir	Festa final “Cultura Aberta”	Encerramento das atividades realizadas no Centro de Convívio (2.3)	Técnicas das respostas sociais de seniores	Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e questionário de satisfação seniores
Data a definir	Formação trimestral sobre voluntariado	Proporcionar aos voluntários formação nas suas diferentes áreas e grupos destinatários * (1.1)	Psicóloga e Técnica Sup. Serviço Social	Voluntários do CAT e seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, registo em modelo próprio
Data a definir	Marchas Populares das Escolas e equipamentos de Infância	Participar em momentos de atividades proposta pela Câmara Municipal de Almada (2.3)	Equipamentos de Infância	Crianças dos Equipamentos de Infância	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação dos equipamentos
Data a definir	Questionários de satisfação de serviços/ infância e seniores e Departamento da Comunicação	Aferição dos níveis de satisfação com os serviços, recursos humanos e equipamentos da instituição (1.1)	Departamento de Comunicação	Encarregados de educação infância e familiares em seniores	Tratamento estatístico de dados e relatório escrito final
Data a definir	Questionários de satisfação de serviços aos colaboradores e departamento da Comunicação	Aferição dos níveis de satisfação com os serviços, recursos humanos e equipamentos da instituição (1.1)	Departamento de Recursos Humanos	Colaboradores do CSPPRG	Tratamento estatístico de dados e relatório escrito final

Data a definir	Questionário de Satisfação de Formação	Aferição dos níveis de satisfação relativamente à formação realizada pelos colaboradores (1.1)	Departamento de Recursos Humanos	Colaboradores do CSPPRG	Tratamento estatístico de dados e relatório escrito final
Data a definir	Intercâmbio inter-geracional	Promover a auto-estima aos idosos e proporcionar às crianças o sentido de solidariedade, patilha e respeito pela população sénior (2.2)	Educadoras de Infância e Técnicas	Crianças e Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação dos equipamentos
Data a definir	Auditorias internas	Verificar a eficácia dos processos chave e instruções de trabalho (1.1)	Equipas de Auditores Internos	Centro Comunitário +CAT Renascer-Infância Romeira	Relatório de Auditoria

JULHO 2018

DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AVALIAÇÃO
2 a 16	Colónia de Praia resposta social Pré-escolar, CATL/ELP e Seniores; Piscinas Creche	Proporcionar às crianças e seniores atividades de exterior em grupo (praia/piscina)	Equipamentos de Infância e equipamentos Seniores	Crianças e Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação dos equipamentos
31	Encerramento dos Equipamentos de Infância, com a exceção do Equipamento do Renascer	Permitir com que colaboradores gozem o seu período de férias (1.1)	CSPPRG	Colaboradores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas

AGOSTO 2018

DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AVALIAÇÃO
30 e 31	Organização do espaço físico dos equipamentos de infância	Preparar as salas e os espaços comuns para a receção das crianças e respetivas famílias (1.1)	Equipas das Salas e Coordenadoras de Equipamento	Crianças e Encarregados de Educação	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação Pedagógica

SETEMBRO 2018

DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AVALIAÇÃO
1	Encontro/Passoio colaboradores	Dar as boas vindas aos colaboradores proporcionando um momento de confraternização	Direção	Colaboradores da Instituição	Registo em ata na reunião mensal de técnicas

3	Abertura dos Equipamentos de Infância à comunidade educativa	Receber as crianças e famílias, dando a conhecer toda a equipa pedagógica (2.3)	Equipas das Salas e Coordenadoras de Equipamento	Crianças e Encarregados de Educação	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica
14/15/16	Festas de Nossa Senhora da Piedade	Divulgar a Instituição e o Equipamento junto da comunidade através de atividades propostas pelas várias Respostas Sociais (2.1/2.3)	Direção, Coordenadores de equipamento e de Resposta Social e Equipas	Comunidade	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica
21 - C.C. 24 - Bairro 27 - Ramalha 28 - Renascença	Apresentação do PESI nos Equipamentos de Infância ----- Apresentação dos professores das Atividades de Complemento Curricular	Apresentar as adendas ao Projeto Educativo e Social da Instituição (PESI) (2.1/2.3) ----- Dar a conhecer aos pais o leque de atividades e respetivos professores, para o presente ano letivo (2.3)	Equipas das Salas, Coordenadoras de Equipamento, Coordenadores Pedagógicos ----- Professores das Atividades de Enriquecimento Curricular	Crianças e Encarregados de Educação	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica Resultado do questionário de satisfação
Data a definir	Formação trimestral para voluntariado	Proporcionar aos voluntários formação nas suas diferentes áreas e grupos destinatários (1.1)	Equipa Técnica	Voluntários	Registo em ata na reunião mensal de técnicas Resultado do questionário de satisfação

OUTUBRO 2018

DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AVALIAÇÃO
1-30	Mês do Idoso	Homenagear o idoso com diversas atividades lúdicas (2.1/2.3); Desenvolver atividades com vista à promoção da relação e partilha de saberes entre crianças e idosos (2.2)	Técnicas da Resposta Social de Seniores	Crianças, Seniores e Comunidade	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica e sénior
2	Dia do Anjo da Guarda	Proporcionar um momento de evangelização aos utentes da Instituição (2.1)	Equipas das respostas sociais infância e seniores	Crianças, Seniores e familiares	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica
1-20	Período de Reuniões com os Encarregados de Educação	Dar a conhecer aos Encarregados de Educação, o Projeto Pedagógico e Curricular de Sala (1.1/2.3)	Educadores de Infância e Responsáveis de CATL/ELP	Encarregados de Educação	Registo em ata da reunião de coordenação pedagógica. Resultado do questionário de satisfação

P.F.L.

Aug

Rec-

10 a 13	"Almada Somos Nós – edição 2018"	Divulgação das boas práticas e dos recursos concelhios em matéria de ação social	Direção, Coordenadores de equipamento e de Resposta Social e Equipas	Comunidade	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica
Data a definir	Festa da apresentação das atividades da Cultura Aberta	Início das atividades realizadas no Centro de Convívio (2.3)	Técnicas das respostas sociais seniores	Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação sénior
23	Simulacros de Combate Contra Incêndios	Verificar a eficácia da formação e plano de combate a incêndios e evacuação de edifícios (1.1)	Equipas dos Equipamentos de Infância e Seniores	Colaboradores, crianças, seniores e visitantes	Registo em ata na reunião mensal de técnicas Relatório no Dossier Medidas Proteção
Data a definir	Simulacros de Sismo	Verificar a eficácia da formação e plano de evacuação de edifícios (1.1)	Equipas dos Equipamentos de Infância e Seniores	Colaboradores, crianças, seniores e visitantes	Registo em ata na reunião mensal Relatório no Dossier Medidas Proteção
Data a definir	Atividade com a Nutricionista	- Identificar algumas práticas promotoras de saúde; - Conhecer e identificar alimentos saudáveis;	Educadores de Infância, Aj. de ação educativa, responsáveis de CATL e Nutricionista	Crianças	Registo em ata na reunião mensal de técnicas Registo em ata na reunião de coordenação pedagógica; Relatório de Avaliação do PAA
Data a definir	Auditorias Internas	Verificar a eficácia dos processos e instruções de trabalho (1.1)	Equipa de Auditores Internos	ERPI; SAD: CC e CD da Residência	Relatórios de Auditorias

NOVEMBRO 2018

DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AVALIAÇÃO
2	Comemoração do Dia de todos os Santos	Assinalar o dia de todos os Santos (2.1)	Equipas Pedagógicas	Crianças dos Equipamentos de Infância	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica
9	Comemoração do Dia de S. Martinho	Assinalar o dia de S. Martinho, de forma lúdica e pedagógica, nos diversos equipamentos (2.3)	Equipas dos Equipamentos de Infância e Seniores	Comunidade educativa e seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica

17/11
dy

26	Caminhada do Advento e partilha da Sagrada Família pelas famílias	Iniciar a caminhada do Advento de forma criativa, lúdica e pedagógica/Proporcionar momentos de evangelização entre os utentes e seus familiares (2.1/2.3)	Equipas dos Equipamentos de Infância e da Residência	Crianças, Seniores e Famílias	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica
28 de nov. a 19 de dez.	Caminhada do Advento Colaboradores	Abordar uma Temática Religiosa, lançada pelo Presidente e partilhá-la com os colaboradores do CSPPRG	Colaboradores do CSPPRG	Colaboradores do CSPPRG	Registo em ata na reunião mensal de técnicas
Data a definir	Auditorias Internas	Verificar a eficácia dos processos e instruções de trabalho (1.1)	Equipa de Auditores Internos do CSPPRG	Ramalha; Bairro CD e SAD Renascer	Relatórios de Auditorias
Data a definir	Atividade com a Nutricionista	- Identificar algumas práticas promotoras de saúde; - Conhecer e identificar alimentos saudáveis;	Educadores de Infância, Aj. de ação educativa, responsáveis de CATL e Nutricionista	Crianças	Registo em ata na reunião mensal de técnicas Registo em ata na reunião de coordenação pedagógica; Relatório de Avaliação do PAA
Data a definir	Intercâmbio inter-geracional	Promover a autoestima aos idosos e proporcionar às crianças o sentido de solidariedade, partilha e respeito pela população sénior (2.2)	Educadoras de Infância e Técnicas Seniores	Crianças e Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipa sénior

DEZEMBRO 2018

DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AVALIAÇÃO
Data a definir	Festa de Natal da Instituição (local a definir)	Comemorar o nascimento de Jesus com os colaboradores, proporcionando um momento de enriquecimento espiritual e de convívio (1.1)	Equipas dos Equipamentos de Infância e da Seniores	Colaboradores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação dos equipamentos
Data a definir	Festa de Natal Seniores	Assinalar a época Natalícia e promover o espírito de convívio (2.3)	Técnicas e equipas das respostas sociais seniores	Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipa seniores e questionário de satisfação seniores
15	Festa de Natal da Infância	Assinalar a época natalícia, envolvendo os diferentes parceiros educativos, na organização de um espetáculo para as crianças utentes da Instituição (2.3)	Colaboradores e Familiares, dos Equipamentos de Infância	Crianças, e Famílias	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação dos equipamentos

Data a definir	Atividade com a Nutricionista	- Identificar algumas práticas promotoras de saúde; - Conhecer e identificar alimentos saudáveis;	Educadores de Infância, Aj. de ação educativa, responsáveis de CATL e Nutricionista	Crianças	Registo em ata na reunião mensal de técnicas Registo em ata na reunião de coordenação pedagógica; Relatório de Avaliação do PAA-
Data a definir	Intercâmbio inter-geracional	Promover a autoestima aos idosos e proporcionar às crianças o sentido de solidariedade, partilha e respeito pelos seniores (2.2)	Educadoras de Infância e Técnicas	Crianças e Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e reunião de equipa seniores

Figura 5 – Extratos PAA 2017/2018_2018/2019

- Infância

No decorrer do ano de 2018, com o encerramento do Jardim Infantil da Romeira, verificou-se a diminuição do número de equipamentos afetos às Respostas Sociais de Infância. A partir de 1 de setembro os utentes encontram-se distribuídos entre 4 equipamentos: Bairro, C. Comunitário, Renascer e Ramalha. São desenvolvidas as respostas sociais de Creche, Pré-Escolar, Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) e Centro de Acolhimento Temporário (CAT), verificando-se, em dezembro de 2018, a frequência de 739 utentes (menos 55 crianças em relação ao ano anterior).

Foram desenvolvidas as atividades pedagógicas de acordo com o plano de atividades 2017/2018 e 2018/2019, tendo, além dessas, os utentes acesso a diversas atividades de complemento curricular disponibilizadas em cada equipamento. A atividade dos CATL é ainda complementada com o apoio ao estudo a matemática e inglês, disponibilizado gratuitamente pela Instituição.

Aos utentes de infância é ainda disponibilizado transporte escolar, para as escolas de 2º ciclo do concelho de Almada e, também, transporte de e para casa, de acordo com as necessidades dos mesmos.

Ocupação Vagas Dezembro 2018

N	Sala	EQUIPAMENTO	Resposta Social	NOME	ACORDO		Total Equipamento		NOTAS
1	12	BAIRRO ANC	A N.Creche*Berçário	ANC-Berçário	32	7	7	35	
2	13	BAIRRO ANC	A N.Creche*1ano	ANC-1Ano		10	11		
3	14	BAIRRO ANC	A N.Creche*2anos	ANC-2Anos		15	17		
4	9	BAIRRO BERÇO	O Berço*Berçário	BER-Berçário	35	8	7	36	
5	10	BAIRRO BERÇO	O Berço*1ano	BER-1Ano		12	12		
6	11	BAIRRO BERÇO	O Berço*2anos	BER-2Anos		15	17		
7	1	BAIRRO	Bairro*Azul	Azul	150	25	25	147	
8	2	BAIRRO	Bairro*Arco-íris	Arco-íris		25	24		
9	3	BAIRRO	Bairro*Amarela	Amarela		25	25		
10	4	BAIRRO	Bairro*Verde	Verde		25	24		
11	5	BAIRRO	Bairro*Rosa	Rosa		25	24		
12	6	BAIRRO	Bairro*Laranja	Laranja		25	25		

13	7	BAIRRO	Bairro*CATL 1c	CATL1	105		97	126	
14	8	BAIRRO	Bairro*CATL 2c	CATL2			29		
15	18	COMUNITARIO	Comunitário*Bercário	Rosa	36	6	6	53	
16	19	COMUNITARIO	Comunitário*1ano	Amarela		12	12		
17	20	COMUNITARIO	Comunitário*2anos	Verde		18	19		
18	22	COMUNITARIO	Comunitário*1ano	Laranja	15	15	16		
19	21	COMUNITARIO	Comunitário*P.Escol1	Mil Cores	45	25	25	49	
20	30	COMUNITARIO	Comunitário*P.Escol2	Azul		20	24		
21	31	COMUNITARIO	Comunitário*CATL 1c	CATL1	30		29	47	4 Regaço Materno
22	48	COMUNITARIO	Comunitário*CATL 2c	CATL2			18		
23		COMUNITARIO	Comunitário*CAT	CAT	13		13	13	
24	32	RENASCER	Renascere*Bercário	Passarinhas	35	8	10	68	
25	33	RENASCER	Renascere*1ano	Caracóis		12	12		
26	34	RENASCER	Renascere*2anos	Coelhinhos		15	19		
27	41	RENASCER	Renascere*1ano	Lagartinhas	32	14	12		
28	42	RENASCER	Renascere*2anos	Esquilos		18	15		
29	35	RENASCER	Renascere*P.Escolar1	Ouriços	50	25	21	43	
30	36	RENASCER	Renascere*P.Escolar2	Raposas		25	22		
31	37	RENASCER	Renascere*C.A.T.L.	Mochos	20		14	14	
32	55	RAMALHA	Ramalha*Creche 1	Sonhos	43	8	8	45	
33	56	RAMALHA	Ramalha*Creche 2	Aquário Azul		10	8		
34	57	RAMALHA	Ramalha*Creche 3	Aquário Verde		10	11		
35	58	RAMALHA	Ramalha*Creche 4	Arco-íris		15	18		
36	59	RAMALHA	Ramalha*J.Infância 1	Jardim	40	20	26	63	
37	60	RAMALHA	Ramalha*J.Infância 2	Sol		20	23		
38	67	RAMALHA	Ramalha*J.Infância 3	Casinha Branca	15	15	14		
				TOTAL	696		739		

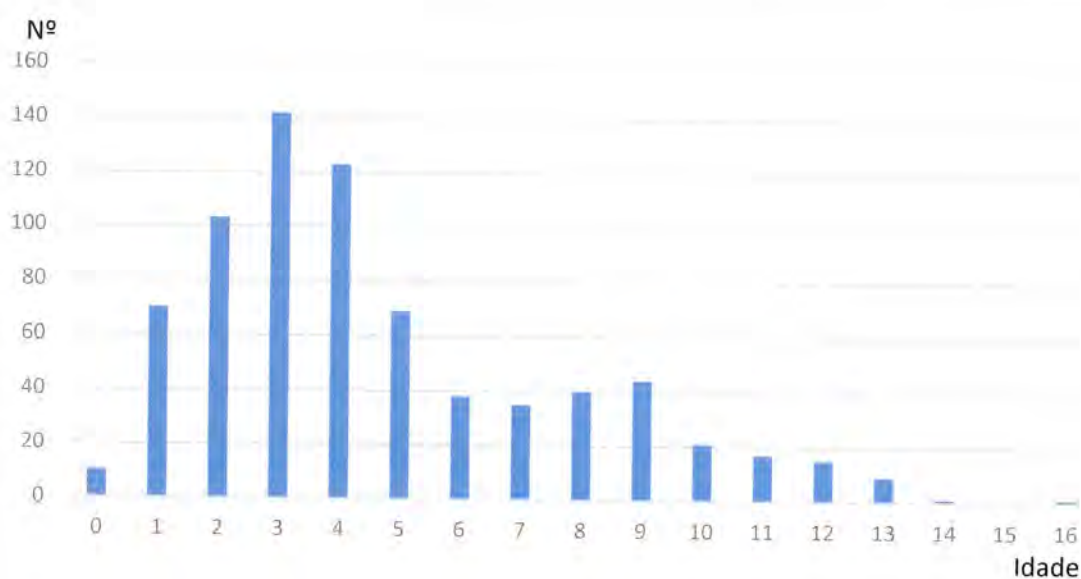


Figura 6 - Nº Utentes Infância/Idades

- Seniores

Os utentes das respostas sociais seniores distribuem-se entre os 2 equipamentos de seniores da Instituição: Residência N^a Sr^a Esperança e Casa de São Paulo, assim como no equipamento Renascer (infância e seniores). No decorrer do ano 2018, e no seguimento das obras de requalificação e ampliação do equipamento Renascer de forma a acolher as crianças vindas do Jardim Infantil da Romeira, verificou-se o encerramento da resposta social de Centro de Dia nesse equipamento. Os utentes que a frequentavam foram integrados em Serviço de Apoio Domiciliário ou no Centro de Dia da Residência.

Nestes equipamentos são desenvolvidas as respostas sociais de Centro de Convívio (CC), Centro de Dia (CD), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), verificando-se, em dezembro de 2018, a frequência de 404 utentes (141 CC / 263 restantes RS).

Durante o ano 2018 foram desenvolvidas atividades de acordo com o Projeto Educativo e Social da Instituição, disponibilizando, ainda, diversas atividades esporádicas não programadas.

O serviço aos utentes seniores é complementado com transporte de e para casa (CD), acompanhamento a consultas e/ou atividades no exterior, serviços de enfermagem/fisioterapia e acompanhamento médico.

Equipamento	RS	Nº Utentes com Acordo
Residência		230
900303	ERPI	60
900301	CD	50
900302	SAD	70
900304	CC	50
Casa de São Paulo		17
901001	ERPI	17
Renascer		15
900206	SAD	15

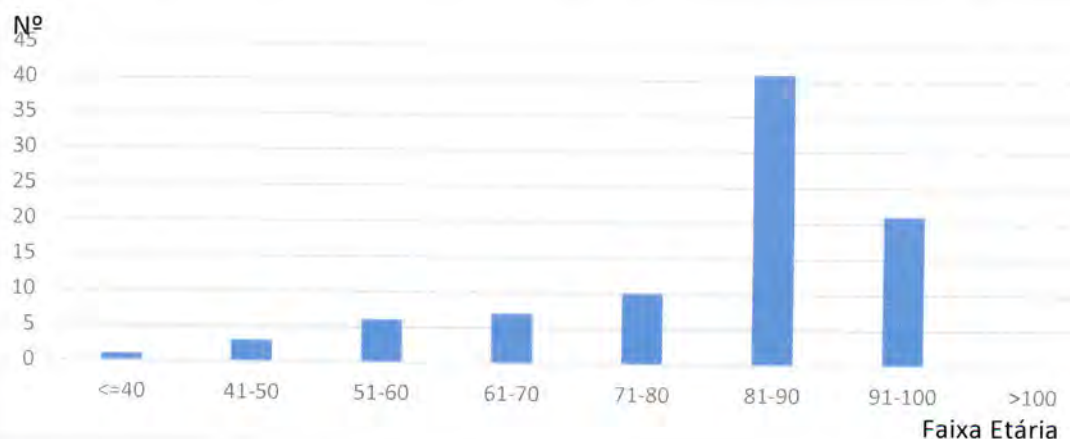


Figura 7 - Nº Utentes SAD/Faixa Etária_2018

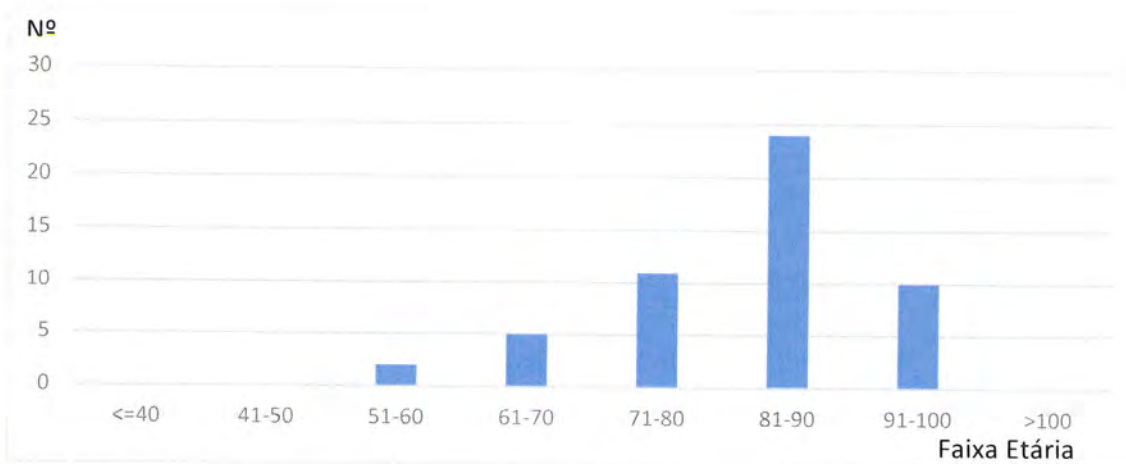


Figura 8 - Nº Utentes CD/Faixa Etária_2018

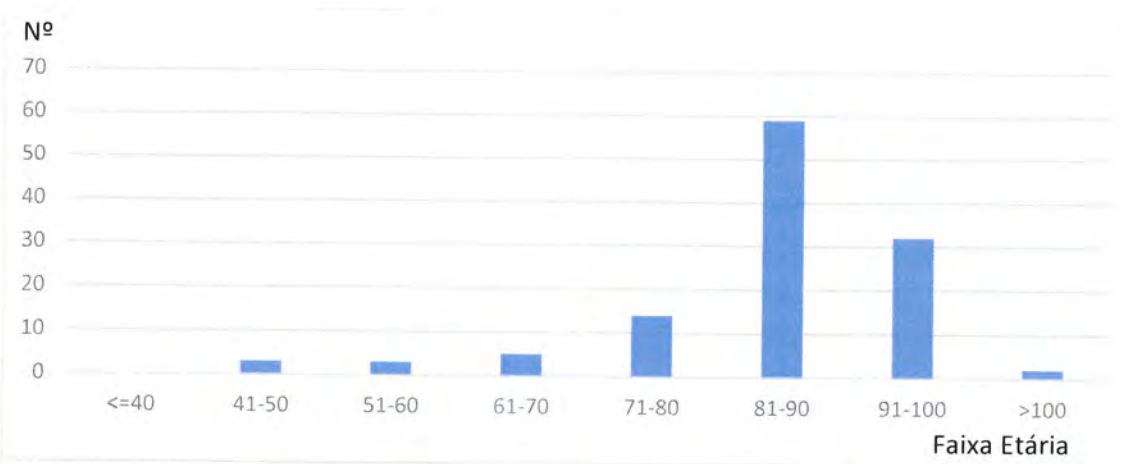


Figura 9 - Nº Utentes ERPI/Faixa Etária_2018

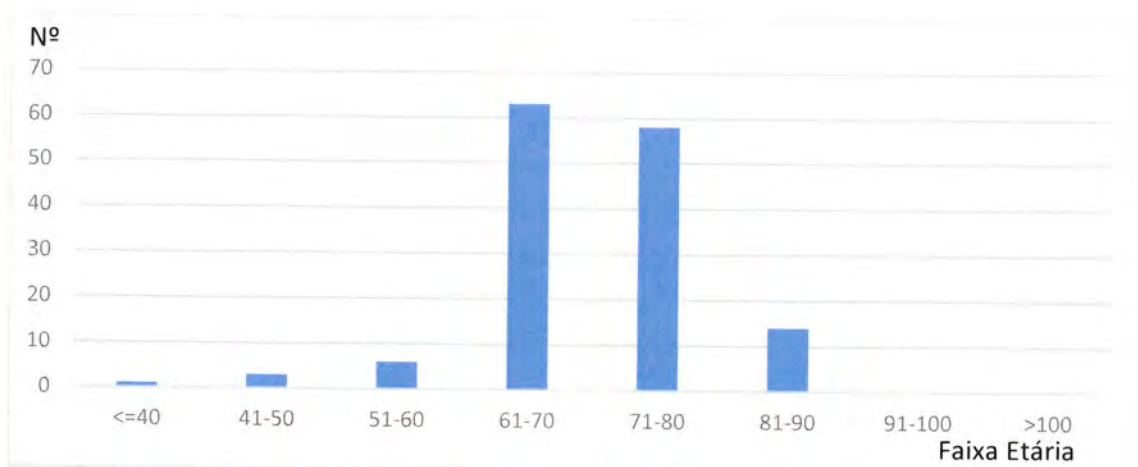


Figura 10 - Nº Utentes CC/Faixa Etária_2018

- Cantina Social

Ano	Nº de Refeições Distribuídas						
	Bairro	Comunitário	Ramalha	Renascer	Romeira	Residência	Total
2017	2 309	2 346	0	1 799	1 168	2 112	9 734
2018	1 688	1 857	0	798	486 (até 31/08)	2 068	6 897
Evolução	-26,90%	-20,85%	0,00%	-55,64%	-58,39%	-2,08%	-29,15%

- Distribuição Alimentar

Mês	Banco Alimentar						POAPMC					
	2017			2018			2017			2018		
	Nº Agregados Familiares	Nº Indiv	Nº Cabazes entregues	Nº Agregados Familiares	Nº Indiv	Nº Cabazes entregues	Nº Agregados Familiares	Nº Indiv	Nº Entregas Efetuadas	Nº Agregados Familiares	Nº Indiv	Nº Entregas Efetuadas
Jan	61	182	101	46	105	55	0	0	0	21	50	21
Fev	63	193	107	48	116	92	0	0	0	21	50	
Mar	67	185	136	58	135	106	0	0	0	21	50	
Abr	61	161	89	56	129	102	0	0	0	21	50	60
Mai	40	107	40	45	102	90	0	0	0	21	50	42
Jun	72	197	106	46	104	93	0	0	0	21	50	42
Jul	60	223	107	44	107	78	0	0	0	21	50	60
Ago	56	141	100	38	92	68	0	0	0	20	48	21
Set	54	134	107	38	87	72	0	0	0	16	41	45
Out	53	124	102	39	90	75	0	0	0	16	41	29
Nov	60	148	99	34	83	61	21	50	32	16	44	32
Dez	60	131	94	34	83	68	21	50	21	16	44	32
	2017		1188	2018		993	2017		53	2018		384

6. Certificação de Qualidade

Instituída na Instituição desde 2009, a certificação de qualidade encontra-se plenamente implementada em todas as respostas sociais. À semelhança dos anos anteriores, em 2018 realizou-se mais uma auditoria, acompanhamento com transição para a NP EN ISO 9001:2015 e MAQISS (ERPI, SAD, CRH, CAT, CD). Como resultado, verificou-se a manutenção da certificação de nível A, nas respostas sociais em que é aplicável.

No relatório de auditoria de certificação são evidenciadas 3 não conformidades menores, prontamente resolvidas pela Direção da Instituição: correção de anomalias dos termómetros, atualização da formação dos trabalhadores em combate a incêndios e tomadas de conhecimento por parte das famílias de utentes de CAT relativamente ao PSEI em vigor.

O processo de certificação de qualidade continua a ser para a Direção do CSPPRG fundamental para o reconhecimento externo das boas práticas desenvolvidas na Instituição, pelo que no ano de 2019 o processo continuará em vigor.

7. Investimentos e Conservação

Durante o ano de 2018 a Direção do CSPPRG promoveu diversas iniciativas de investimento na melhoria das instalações dos equipamentos da Instituição, assim como no desenvolvimento da mesma através da criação de novas formas de sustentabilidade.

Verificou-se um aumento dos valores destinados a conservação e manutenção das instalações, principalmente pelas obras de reabilitação e ampliação realizadas no Centro Comunitário Renascer, indicadas na rubrica "Reabilitação Instalações".

Conservação e Manutenção	2017	2018
Instalações	102.261,00€	52.053,39€
Reabilitação Instalações	-	146.207,20€
Contratos Manutenção	74.638,00€	77.719,65€
Manutenção Viaturas	24.781,00€	24.350,14€
Total	201.680,00€	300.330,38€

Quanto à aquisição de equipamento e material didático, verificou-se um aumento em cerca de 50% dos valores gastos, traduzindo, principalmente, a aquisição de uma nova viatura de transporte de crianças e uma nova máquina de lavar roupa para a lavandaria da Residência.

Aquisição	2017	2018
Equipamento	39.659,00€	70.739,86€
Material Didático	9.837,00€	6.595,00€
Total	49.496,00€	77.334,86€

Durante o ano de 2018 deu-se continuidade ao investimento na nova Residência Nossa Senhora da Piedade, ao nível do projeto de arquitetura e especialidades, tendo também sido realizado o evento de lançamento da 1ª Pedra da construção.

8. Análise Económica e Financeira

Relativamente a proveitos e custos, os mesmos mantiveram-se semelhantes ao ano anterior.

Verificou-se, quanto a proveitos, um ligeiro aumento dos recebimentos de utentes e uma diminuição dos subsídios relativos a protocolos estabelecidos e legados à exploração. Ainda assim, as mensalidades de utentes correspondem a cerca de 51% dos rendimentos, e as verbas recebidas por conta de subsídios a aproximadamente 41%, mantendo-se o verificado no ano anterior.

Ao nível dos custos, a rubrica mais significativa corresponde aos encargos com pessoal, representando cerca de 64% dos gastos anuais da Instituição. Ainda que o valor efetivo tenha diminuído ligeiramente relativamente ao ano anterior, fruto da diminuição do número de trabalhadores, o valor relativo aumentou ligeiramente.

Pe. f. d. l.
Ar
F. f. f.
CP
V
*

Globalmente, os proveitos da Instituição situaram-se em cerca de 6,2 milhões de euros e o resultado líquido do exercício em cerca de 504,9 mil euros.

Todos os excedentes, em virtude da natureza sem fins lucrativos da Instituição, são direcionados para reforço dos fundos patrimoniais.

Os fundos patrimoniais, essencialmente dirigidos para o desenvolvimento de novas valências e equipamentos e respetivas melhorias, em termos brutos situam-se em cerca de 13 milhões de euros.

Os resultados apresentados, à semelhança dos anos anteriores, resultam de uma gestão rigorosa, centrada na perspetiva de sustentabilidade da Instituição.

No final do exercício de 2018, o passivo da Instituição aumentou ligeiramente face ao resultado do ano transato, situando-se em cerca de 1.066 mil euros.

É da salientar, ainda, que a situação equilibrada dos recursos disponíveis e disponibilizados à comunidade resulta, também, da manutenção dos acordos e protocolos firmados com entidades públicas, representado, tal como já referido, uma parcela importante do seu rendimento.

No desempenho global da Instituição há ainda que valorizar os seus recursos humanos, com um quadro de pessoal próprio, e os voluntários que diariamente desempenham funções nas várias respostas sociais da Instituição, desde médicos a professores, entre outros, assim como os Órgãos Sociais.

Análise de rácios:

Em termos económicos, o Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro gerou excedentes consideráveis, sendo o VAB (valor acrescentado bruto) de 4,6 milhões de euros. Grande parte deste é respeitante a encargos com pessoal, evidenciando a grande importância que a Instituição representa como entidade empregadora no concelho.

Quanto à rentabilidade dos fundos próprios, esta é de cerca de 3,74%, representando um bom indicador de desempenho enquanto IPSS.

Os saldos em bancos, 5,1 milhões de euros, foram reforçados relativamente ao ano anterior.

Mantém-se a perspetiva de autonomia financeira, cobrindo os fundos próprios 92% do total do ativo líquido.

A liquidez imediata representa uma melhoria face ao ano anterior, já que em 2018 as disponibilidades cobrem em 4,8 vezes o passivo.

9. Perspetivas para 2019

Em 2019, o Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro pretende manter a qualidade e eficiência dos serviços prestados, mantendo uma gestão rigorosa e sustentável dos recursos disponíveis.

R. F. L.
ag
CP

Com o objetivo de melhoria constante, para benefício de utentes e trabalhadores, prevêem-se as seguintes ações durante o ano de 2019:

- Sorteio de um automóvel Toyota Aygo, no dia de Reis (06 janeiro 2019), cuja venda de 4.400 bilhetes numerados decorreu entre os meses de setembro de 2018 e janeiro de 2019, com uma receita de 44.000,00€ sobre a qual recaem diversas despesas – 50% da viatura (5.663,45€), imposto de selo (12.109,08€), entre outras, nomeadamente impressão dos bilhetes, seguro da viatura, representante da PSP no sorteio, garantia bancária – gerando um resultado previsto de, aproximadamente, 24.500,00€, cujo valor reverterá para a construção da nova Residência Nossa Senhora da Piedade;
- Melhoria do espaço exterior da “Nossa Creche”;
- Novo fardamento para as Ajudantes de Ação Direta, Ajudantes de Farmácia e Motoristas;
- Investimento na compra de um imóvel para criação de uma nova resposta social para a deficiência;
- Abertura da resposta social CAO (Centro de Atividades Ocupacionais) na Romeira, implicando um investimento avultado na adaptação das infraestruturas;
- Estudo dos projetos de especialidade para a construção do caderno de encargos para o concurso público da Residência Nossa Senhora da Piedade;
- Início da construção da Residência Nossa Senhora da Piedade, prevista para Julho;
- Realização de obras de manutenção e beneficiação dos diversos equipamentos da Instituição;
- Conservação e reparação da frota automóvel.

10. Proposta de aplicação de Resultados

A Direção propõe que o Resultado Líquido do exercício, no montante de 504.976,57€, seja transferido para Resultados Transitados.

Cova da Piedade, 15 de abril 2019

O Presidente da Direção

(Pe. José Gil de Borja Pinheiro Ribeiro)

A Vice-Presidente da Direção

(Ana Luísa Ataíde Albino Pação Caixas)

1º Secretário

(Maria do Carmo Costa Ferreira de Almeida)

2º Secretário

(Abílio Ferreira)

O Tesoureiro

(Manuel Jorge Bento)

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE RICARDO GAMEIRO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 500867712

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	7 575 623,99	7 625 529,02
Bens do património histórico e artístico e cultural		6 492,00	6 492,00
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	17.1	15 367,36	13 275,06
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes	5	111 861,81	113 675,79
		7 709 345,16	7 758 971,87
Activo corrente			
Inventários	9	77 341,62	84 949,09
Créditos a receber	17.3	18 791,74	22 731,11
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	20 445,45	28 089,64
Estado e outros entes públicos	17.10	0,00	1 292,60
Outros activos correntes	17.4 17.6	520 811,98	336 504,66
Caixa e depósitos bancários	17.7	5 156 348,83	4 739 071,31
		5 793 739,62	5 212 638,41
Total do ativo		13 503 084,78	12 971 610,28
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	57 080,17	57 080,17
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		2 954 593,62	2 954 593,62
Resultados transitados	17.8	5 007 489,63	4 456 261,85
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	3 912 307,08	3 921 340,13
		11 931 470,50	11 389 275,77
Resultado líquido do período		504 976,57	551 227,78
Total dos fundos patrimoniais		12 436 447,07	11 940 503,55
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	0,00	4 907,97
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	4 907,97
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	80 631,76	77 520,26
Estado e outros entes públicos	17.10	99 377,04	111 637,08
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	0,00	0,00
Diferimentos	17.5	95 251,19	102 056,65
Outros passivos correntes	17.11	791 377,72	734 984,77
		1 066 637,71	1 026 198,76
Total do passivo		1 066 637,71	1 031 106,73
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		13 503 084,78	12 971 610,28

A Direção
 F3M - Information Systems, SA
 Processado por Computador

O responsável

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE RICARDO GAMEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 500867712

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Vendas e serviços prestados	10	3 333 136,65	3 302 713,55
Subsídios, doações e legados à exploração	17.13	2 626 662,24	2 735 635,65
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		212 802,00	268 497,48
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	555 370,06	561 886,60
Fornecimentos e serviços externos	17.14	953 809,24	990 523,22
Gastos com o pessoal	15	4 138 082,50	4 328 414,82
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.15	245 008,26	393 007,30
Outros gastos	17.16	27 050,36	49 959,48
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		743 296,99	769 069,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	284 015,86	281 791,23
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		459 281,13	487 278,63
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	45 695,61	64 035,01
Juros e gastos similares suportados	17.17	0,17	85,86
Resultados antes de impostos		504 976,57	551 227,78
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		504 976,57	551 227,78

H. de Byta R-LA
 A Direcção
Carla Carap

O responsável

João S

F3M - Information Systems, SA

ODULISSER-CONTABILIDADE, Lda (www.odulisser.pt)

**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE RICARDO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		3 375 853,74	3 371 094,46
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		1 519 501,11	1 512 804,44
Pagamentos ao pessoal		2 554 673,18	2 669 541,20
Caixa gerada pelas operações		-698 320,55	-811 251,18
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		1 288 633,32	1 566 491,39
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		590 312,77	755 240,21
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		219 637,61	381 847,15
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		13 241 000,00	12 053 467,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		13 241 000,00	12 053 467,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		46 602,36	64 795,12
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-173 035,25	-317 052,03
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		417 277,52	438 188,18
Efeito das diferenças de câmbio			
		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		4 739 071,31	4 300 883,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		5 156 348,83	4 739 071,31

A Direcção

O Responsável

F3M - Information Systems, SA

Processado por Computador

RFL
dy

FR--
EP

HA
X

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL PADRE RICARDO GAMEIRO

Conta de Gerência

-

Anexo

ÍNDICE

1 Identificação da Entidade	32
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	33
3 Principais Políticas Contabilísticas	33
3.1 Bases de Apresentação	33
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	35
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	42
5 Activos Fixos Tangíveis	42
6 Activos Intangíveis	44
7 Locações	46
8 Custos de Empréstimos Obtidos	46
9 Inventários	47
10 Rédito	47
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	48
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo	48
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio	48
14 Imposto sobre o Rendimento	48
15 Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos	49
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais	49
17 Outras Informações	50
17.1 Investimentos Financeiros	50
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	50
17.3 Créditos a Receber	51
17.4 Outros Activos Correntes	51
17.5 Diferimentos	52
17.6 Outros Ativos Correntes	52
17.7 Caixa e Depósitos Bancários	52
17.8 Fundos Patrimoniais	52
17.9 Fornecedores	53
17.10 Estado e Outros Entes Públicos	53
17.11 Outros Passivos Correntes	53
17.12 Outros Passivos Financeiros	54
17.13 Subsídios, doações e legados à exploração	54
17.14 Fornecimentos e serviços externos	54
17.15 Outros rendimentos e ganhos	54
17.16 Outros gastos e perdas	55
17.17 Resultados Financeiros	55
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	55

P. f. L.
Ay

1 | Identificação da Entidade

1.1 Designação da entidade

R. f. L.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE RICARDO GAMEIRO

GP

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição de utilidade pública, conforme publicação no Diário do Governo, III Série nº 44, de 21 de Fevereiro de 1973, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), conforme Decreto-Lei nº 119/83, 25 de Fevereiro.

H

Z

1.2 Sede

RUA RAMIRO FERRÃO, 38 * RESIDÊNCIA Nº Srª ESPERANÇA – 2805-348 ALMADA

1.3 NIPC

500 867 712

1.4 Natureza da actividade

A Instituição foi constituída em 6 de Fevereiro de 1973 e apresenta como fins estatutários promoção humana e respeito pela sua dignidade desenvolvendo actualmente as seguintes respostas:

- CRECHE
- EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
- CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES
- ESPAÇO LÚDICO-PEDAGÓGICO
- LAR DE IDOSOS
- SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
- CENTRO DE DIA
- CENTRO DE CONVÍVIO
- CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA CRIANÇAS EM RISCO
- GABINETE INSERÇÃO PROFISSIONAL

2 | Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 | Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

P.F.L.L.

Ary

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

F.L.L.

Ary

Ary

Ary

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materiais se puderem, individualmente ou colectivamente influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. A dimensão ou a natureza do item, ou uma combinação de ambas, pode ser o factor determinante.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo. Se uma linha de item não for individualmente material, ela é agregada a outros itens, seja na face dessas demonstrações, seja nas notas do anexo. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação separada na face dessas demonstrações pode porém, ser suficientemente material para que seja apresentado separadamente nas notas do anexo.

3.1.5 Compensação

Os activos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados. É importante que os activos e passivos e os rendimentos e gastos sejam separadamente relatados. A compensação quer na demonstração dos resultados quer no balanço, excepto quando a mesma reflecta a substância da transacção ou outros acontecimentos, prejudica a capacidade dos utentes em compreender as transacções, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

h-f.k.l
dy
Feli...
P
K
R

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	----
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	----
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhada na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à

P. F. H.
dy

perda desses dados. Esta mensuração é também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

Ref...

of

H.

25

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Outros Créditos e Activos não Correntes

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidos directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	-----
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-----
Outros Activos Intangíveis	-----

O valor residual de um “Activo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço,

1. FM
Ay
Dep.
CP
W
K

efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou dos serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;

P. F. M. L.
 Aug
 Fern
 ef
 X
 R

- o Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

R. F. L.
Ay
L. F. L.
EP
H.
2

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa aplicável sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 | Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activos Fixos Tangíveis

2017						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	369.645,04	300.000,00	19.587,50			650.057,54
Edifícios e outras construções	8.818.041,94		58.762,50			8.759.279,44
Equipamento básico	1.408.901,02	10.851,25				1.419.752,27
Equipamento de transporte	377.619,13					377.619,13
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	994.467,36	24.122,76				1.018.590,12
Outros Activos fixos tangíveis	295.583,08	10.213,92				305.797,00
Imobilizações em curso	0,00	43.121,32				43.121,32
Obras de Arte	6.492,00					6.492,00
Propriedades de investimento	120.931,71					120.931,71
Total	12.391.681,28	388.309,25	78.350,00	0,00	0,00	12.701.640,53

Depreciações de Activos Fixos Tangíveis

2017				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	1.980.998,25	170.008,32	4.701,00	2.146.305,57
Equipamento básico	1.142.405,55	56.311,90		1.198.717,45
Equipamento de transporte	343.769,15	13.575,00		357.344,15
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	921.266,63	33.743,83		955.010,46
Outros Activos fixos tangíveis	284.971,97	6.338,20		291.310,17
Propriedades de investimento	5.441,94	1.813,98		7.255,92
Total	4.678.853,49	281.791,23	4.701,00	4.955.943,72

Activos Fixos Tangíveis

2018						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	650.057,54					650.057,54
Edifícios e outras construções	8.759.279,44	146.207,20				8.905.486,64
Equipamento básico	1.419.752,27	34.359,25				1.454.111,52
Equipamento de transporte	377.619,13	26.450,00	20.442,00			383.627,13
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	1.018.590,12	4.234,45				1.022.824,57
Outros Activos fixos tangíveis	305.797,00	5.696,16				311.493,16
Imobilizações em curso	43.121,32	15.349,79				58.471,11
Obras de Arte	6.492,00					6.492,00
Propriedades de investimento	120.931,71					120.931,71
Total	12.701.640,53	232.296,85	20.442,00	0,00	0,00	12.913.495,38

Depreciações de Activos Fixos Tangíveis

2018				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	2.146.305,57	192.015,94		2.338.321,51
Equipamento básico	1.198.717,45	51.314,67		1.250.032,12
Equipamento de transporte	357.344,15	20.187,50	20.442,00	357.089,65
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	955.010,46	15.609,09		970.619,55
Outros Activos fixos tangíveis	291.310,17	3.074,68		294.384,85
Propriedades de investimento	7.255,92	1.813,98		9.069,90
Total	4.955.943,72	284.015,86	20.442,00	5.219.517,58

	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Depreciações Acumuladas	Activo Liquido
2017	12.701.640,53	4.955.943,72	7.745.696,81
2018	12.913.495,38	5.219.517,58	7.693.977,80

**Na rubrica Edifícios e outras construções encontram-se registados os imóveis abaixo descritos e que se referem a Direitos de Superfície:

150312-União Freguesias Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas * Artº U-5535 e U-5586

150315-União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó * Artº U-2440

6 | Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activos Intangíveis

2017						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolv.	0,00					0,00
Programas de Computador	9.740,24					9.740,24
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	9.740,24	0,00	0,00	0,00	0,00	9.740,24

Depreciações de Activos Intangíveis

2017				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projectos de Desenvolv.	0,00			0,00
Programas de Computador	9.740,24			9.740,24
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Activos intangíveis	0,00			0,00
Total	9.740,24	0,00	0,00	9.740,24

Activos Intangíveis

2018						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolv.	0,00					0,00
Programas de Computador	9.740,24					9.740,24
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	9.740,24	0,00	0,00	0,00	0,00	9.740,24

Depreciações de Activos Intangíveis

2018				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	9.740,24			9.740,24
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Activos intangíveis	0,00			0,00
Total	9.740,24	0,00	0,00	9.740,24

	Activos Intangíveis	Depreciações Acumuladas	Ativo Líquido
2017	9.740,24	9.740,24	0,00
2018	9.740,24	9.740,24	0,00

R. F. R. L.
Ay**7 | Locações**

A Entidade detinha os seguintes activos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2018			2017		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo						
Outros Activos fixos tangíveis						
Total	0.00	0.00	0.00	0,00	0,00	0,00

8 | Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários						
Locações Financeiras						
Descobertos Bancários						
Contas caucionadas						
Contas Bancárias de Factoring						
Contas bancárias de letras descontadas						
Outros Empréstimos						
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0,00	0.00

Estrutura dos Financiamentos Obtidos – Capital em Dívida Corrente e Não Corrente

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários						
Locações Financeiras						
Descobertos Bancários						
Contas caucionadas						
Contas Bancárias de Factoring						
Contas bancárias de letras descontadas						
Outros Empréstimos						
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

9| Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, sub. e de consumo	60.866,85	582.988,76		81.989,01	549.840,54		76.459,49
Produtos acabados e intermédios	325,48	2.634,60	0,00	2.960,08		2.077,95	882,13
Subprodutos, desperd., resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	61.192,23	585.623,36	0,00	84.949,09	549.840,54	2.077,95	77.341,62
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		561.886,60		0,00	555.370,06		0,00
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00
Total		561.886,60		0,00	555.370,06		0,00

10| Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas		
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	3.172.841,75	3.163.456,85
Quotas e joias	0,00	0,00
Serviços Secundários	113.852,15	111.111,30
Outras Prestações de Serviços	46.442,75	28.145,40
Juros		
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	3.333.136,65	3.302.713,55

R.F.L.
 Aug
 EF
 J. P. M.

11 | Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2018 e 2017, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2017	Aumentos	Diminuições	2018
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do sector	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	4.907,97	0,00	4.907,97	0,00
Total	4.907,97	0,00	4.907,97	0,00

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Relativamente aos saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo", os mesmos estão discriminados ao pormenor na nota 17.13.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2018 e 31/12/2017, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Descrição	2018				2017			
	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2017	2016
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00	0,00

P.F. L.L.
 Ag
 GP
 Fh
 K
 2

15 Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos

Os membros dos órgãos directivos, para os períodos de 2017 e 2018, foram, respectivamente:

Exercício de 2017	
Cargo	Nome
PRESIDENTE DA DIRECÇÃO	PADRE JOSÉ GIL DE BORJA PINHEIRO RIBEIRO
VICE - PRESIDENTE	ANA LUÍSA ATAÍDE PAÇÃO CAIXAS
TESOUREIRO	MANUEL JORGE BENTO
SECRETÁRIA	Dra. MARIA DO CARMO COSTA FERREIRA DE ALMEIDA
VOGAL	Eng.º. ABÍLIO FERREIRA

Os órgãos directivos não usufruem de quaisquer remunerações.

Exercício de 2018	
Cargo	Nome
PRESIDENTE DA DIRECÇÃO	PADRE JOSÉ GIL DE BORJA PINHEIRO RIBEIRO
VICE - PRESIDENTE	ANA LUÍSA ATAÍDE PAÇÃO CAIXAS
TESOUREIRO	MANUEL JORGE BENTO
SECRETÁRIA	Dra. MARIA DO CARMO COSTA FERREIRA DE ALMEIDA
VOGAL	Eng.º. ABÍLIO FERREIRA

Os órgãos directivos não usufruem de quaisquer remunerações.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	3.149.390,93	3.255.485,41
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	26.607,49	22.282,48
Encargos sobre as Remunerações	697.330,49	725.432,15
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	36.714,91	35.560,56
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	228.038,68	289.654,22
Total	4.138.082,50	4.328.414,82
N.º médio de pessoas ao serviço da Entidade	279	288

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	15.367,36	13.275,06
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	15.367,36	13.275,06

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Activo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2018 e 2017, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Beneficiários das mutualidades - prestações a pagar				
Beneficiários das mutual. - capitais vencidos a pagar				
Beneficiários das mutual. - rendas vitalícias a pagar				
Beneficiários das mutual. - melhorias de benefícios				
Beneficiários das mutualidades - subvenções				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	18.791,74	22.731,11
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	18.791,74	22.731,11

A Instituição dispõe de uma aplicação de Gestão de Clientes que disponibiliza uma conta corrente por cliente evidenciando todos os movimentos.

Nos períodos de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2018	2017
Clientes		
Utentes	0,00	00,00
Total	00,00	00,00

17.4 Outros Activos Correntes

A rubrica "Outros Activos Correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	176,76	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	19.218,42	21.453,69
Outras operações	501.416,80	315.050,97
Outros Devedores	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	520.811,98	336.504,66

No ano de 2018, rubrica de "Outras Operações" encontra-se registado o valor de 207.500,00€ referente à aquisição de imóvel que se encontra pendente de escritura.

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
	20.445,45	28.089,64
Total	20.445,45	28.089,64
Rendimentos a Reconhecer		
	95.251,19	102.056,65
Total	95.251,19	102.056,65

17.6 Outros Ativos Correntes

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2018	2017
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	500,05	797,04
Depósitos à ordem	208.264,81	203.501,36
Depósitos a prazo	4.947.583,97	4.534.772,91
Outros		
Total	5.156.348,83	4.739.071,31

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	57.080,17	0,00	0,00	57.080,17
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	2.954.593,62	0,00	0,00	2.954.593,62
Resultados transitados	4.456.261,85	551.227,78	0,00	5.007.489,63
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	3.921.340,13	91.679,40	100.712,45	3.912.307,08
Fundos Patrimoniais	11.389.275,77	642.907,18	100.712,45	11.931.470,50
Resultado Líquido	551.227,78			504.976,57
Total do Fundo de Capital	11.940.503,55			12.436.447,07

Na rubrica de "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais" encontra-se registado o valor de 129.877,19 referente à angariação de fundos para a construção da "Residência N.ª Sr.ª Piedade" que se encontra referenciada na rubrica "Imobilizações em Curso" nos Activos Fixos Tangíveis.

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	80.631,76	77.520,26
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	80.631,76	77.520,26

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	1.292,60
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	1.292,60
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.748,61	8.791,88
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	20.375,32	20.995,35
Segurança Social	77.215,80	81.814,26
Outros Impostos e Taxas	37,31	35,59
Total	99.377,04	111.637,08

17.11 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		370,00		375,22
Cauções		0,00		0,00
Outras operações		1.111,29		2.634,39
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		-2.115,60
Credores por acréscimo de gastos		588.379,85		588.327,20
Outros credores		201.516,58		145.763,56
Total	0,00	791.377,72	0,00	734.984,77

R. f. L. L.
Aug**17.12 Outros Passivos Financeiros**

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 são os seguintes:

Descrição	2018	2017
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

F. R. -
CP
H.
2**17.13 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2.602.350,89	2.657.372,59
Subsídios de outras entidades	17.568,94	34.675,68
Doações e heranças	6.742,41	43.587,38
Legados	0,00	0,00
Total	2.626.662,24	2.735.635,65

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0.00	0.00
Serviços especializados	283.259,87	271.649,84
Materiais	38.355,18	50.184,82
Energia e fluidos	239.199,01	254.045,77
Deslocações, estadas e transportes	27.324,65	25.041,50
Serviços diversos	365.670,53	389.601,29
Total	953.809,24	990.523,22

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	95.271,07	96.263,12
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.478,58	1.594,98
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	8.499,99	114.701,00
Outros rendimentos e ganhos	139.758,62	180.448,20
Total	245.008,26	393.007,30

P.F.L.
Ag
CP

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	2.378,37	1.457,84
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em sub., assoc. e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	24.671,99	48.501,64
Total	27.050,36	49.959,48

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,17	85,86
Total	0,17	85,86
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	45.695,61	64.035,01
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	45.695,61	64.035,01
Resultados Financeiros	45.695,44	63.949,15

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Cova da Piedade, 15 de Abril de 2019

O Técnico Oficial de Contas

Dario Serafim Barata da Silva

Dario Serafim Barata da Silva
(TOC 58039)

F.H.B.F.L.L.M.
Carla Carxap
Ag

Alcides

RSM & Associados – Sroco, Lda

Av. do Brasil, 15 - 1º 1749-112 Lisboa (Setúbal)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132- 3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www/rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro, IPSS (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 13.503.085 euros e um total de fundos patrimoniais de 12.436.447 euros, incluindo um resultado líquido de 504.977 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'JX' or similar, is located in the bottom right corner of the page.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 30 de abril de 2019



RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA

representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n° 320)